



Os governos Jango e Allende em perspectiva comparada

The Jango and Allende governments in comparative perspective

Luan Aiuá Vasconcelos Fernandes

Mestre em História

Universidade Federal de Minas Gerais

aiuavasconcelos@gmail.com

Recebido em: 26/07/2016

Aprovado em: 28/08/2016

RESUMO: O presente artigo objetiva realizar uma análise comparativa entre os governos Jango e Allende a partir de alguns pontos gerais dos dois governos. O artigo foi escrito baseado em bibliografia sobre o tema e trata de aspectos mais amplos, como reformas pretendidas e efetuadas pelos dois governos, disputas políticas, participação estadunidense na derrubada dos regimes, apoios e confrontos da sociedade civil à Allende e Jango e a ação dos militares nas duas conjunturas. Por se tratar de um trabalho comparativo, foram utilizadas reflexões de historiadores que teorizaram sobre história comparada, como Marc Bloch, Raymond Grew, Maria Ligia Prado e William Sewell. Semelhanças e diferenças entre os dois governos foram apontadas, ajudando a explicar a reação da sociedade civil, o nível de polarização alcançada e os tipos de golpes efetuados no Brasil e no Chile.

PALAVRAS CHAVE: João Goulart, Salvador Allende, América Latina.

ABSTRACT: This article consists of a comparative analysis between the Jango and Allende governments from some general points of both governments. The article was written based on literature on the subject and deals with broader aspects, as intended and made reforms by the two governments, political disputes, US involvement in the overthrow of regimes, support and confrontation of civil society to Allende and Jango and military action in both situations. Because it is a comparative work, reflections of historians who theorized about comparative history, as Marc Bloch, Raymond Grew, Maria Ligia Prado and William Sewell, were used. Similarities and differences between the two governments were pointed and they help to explain the reaction of civil society, the level of polarization reached and the types of coups made in Brazil and Chile.

KEYWORDS: João Goulart, Salvador Allende, Latin America.

Introdução

Os governos de João Goulart e Salvador Allende foram derrubados por violentos golpes militares, que contaram com o apoio de relevante parte da sociedade civil. Situados em um contexto internacional de Guerra Fria, os dois governos se viram envolvidos em intensas disputas ideológicas travadas por diferentes grupos: liberais, nacionalistas, comunistas, conservadores, socialistas, cristãos, entre outros. De maneira simplificada poderia se dividir a sociedade chilena e brasileira em dois grandes grupos: a direita, que não apoiava os governos de Jango e Allende, e a esquerda, que considerava importante as extensas mudanças que os dois governos queriam



desempenhar em seus países. No entanto, dentro desses dois grupos existiam diversas divisões e matizes políticos, revelando grande heterogeneidade de projetos para o Brasil e o Chile. Isso se evidencia na fragmentação das esquerdas nos dois países, que se mostraram desunidas nos momentos de maior ameaça das direitas. Estas, por sua vez, conseguiram superar, mesmo que momentaneamente, suas diferenças para derrubar o inimigo em comum, que de maneira geral era traduzido como “comunista”.

Goulart e Allende buscaram efetuar reformas profundas na sociedade, tiveram apoio de variados grupos de esquerda e enfrentaram a oposição dos setores conservadores, principalmente dos militares, da grande mídia, da cúpula da Igreja Católica, de empresários e de um setor considerável da classe alta e média, além de serem alvos dos interesses estadunidenses, que se preocupavam com o surgimento de uma nova Cuba. A comparação entre os dois governos, além de evidenciar suas semelhanças, revela também diferenças fundamentais, que auxiliam na compreensão dos acontecimentos que levaram ao golpe.

A ideia de se efetuar um trabalho comparativo advém do clássico pensamento de Bloch, que defendia o avanço dos estudos além das fronteiras nacionais, comparando diferentes regiões, o que ajudaria a pensar em questões e hipóteses que não teriam sido pensadas antes. Para Bloch, alguns parâmetros deveriam ser levados em consideração ao efetuar o método comparativo, como o fato de estudar sociedades vizinhas e contemporâneas, que se influenciavam e que estavam sujeitas à ação das mesmas grandes causas e que teriam, ao menos parcialmente, uma origem comum.¹

Assim como formulado por Bloch, Maria Lígia Coelho Prado defende que ao se fazer história comparada deve se evitar a fundamentação da pesquisa e de interpretações a partir de modelos elaborados *a priori*, que podem tender ao etnocentrismo e levar a resultados questionáveis, o que seria o oposto do que defendem os historiadores comparativistas. Prado defende que a história comparada deve ajudar a evitar generalizações que anulam as especificidades das histórias de países vizinhos geograficamente, colocando-os em um único bloco.²

Raymond Grew mostra como o pensamento comparativista ajuda o historiador em quatro estágios de seu trabalho: formular questões, identificar problemas históricos, projetar uma

¹ BLOCH, Marc. Pour une histoire comparée des sociétés européennes. In: *Mélanges historiques*. vol. 1, Paris: S.E.V.P.E.N., 1963, p. 19 *apud* HAUPT, Heinz-Gerhard. O lento surgimento de uma história comparada. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Trad. Marcella Mortara. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Editora FGV, 1998, p. 205.

² PRADO, Maria Lígia Coelho. Repensando a história comparada da América Latina. *Revista de História*. São Paulo: Departamento de História-FFLCH-USP, n. 153, p. 11-33, jul. – dez. 2005, p. 23.



pesquisa apropriada e alcançar e testar conclusões significativas.³ No entanto, ele não o coloca propriamente como um método, apesar de ressaltar a importância de procedimentos metodológicos ao trabalhar comparativamente.⁴ Seguindo por essa linha, William H. Sewell demonstrou que a contribuição mais importante do “método comparativo” se sustenta na “lógica de teste de hipóteses”, que estaria presente nos três importantes usos do “método comparativo” apontados por Bloch: testar hipóteses explicativas, descobrir singularidades de diferentes sociedades e formular problemas para pesquisa histórica.⁵

Ao comparar os dois governos que foram derrubados por violentos golpes militares, me mantive atento às questões e aos argumentos trazidos pelos historiadores que trabalham com o método comparativo. Dessa maneira, não me esqueci que as unidades de comparação escolhidas deveriam ter uma lógica, como explica Sewell ao discorrer sobre o comparativismo de Bloch.⁶ A escolha das unidades de comparação depende dos problemas explicativos a serem tratados. No caso, analisei aspectos gerais dos movimentos sociais, das políticas, das forças de oposição e da economia de ambos os governos. Definidas essas unidades, algumas hipóteses e conclusões foram expostas.

Os governos Jango e Allende: tentativas de impedimento, reformas e os primeiros embates políticos

No Brasil, o governo de Goulart se iniciou em meio a uma crise política - com a renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961, e a tentativa de impedimento da posse de Goulart articulada pelos ministros militares -, e a uma crise econômica - causada pelos “anos de ouro” do governo Juscelino Kubitschek, o JK, que fez a dívida externa e a inflação crescerem alarmantemente.⁷ Goulart, considerado herdeiro político de Getúlio Vargas e de sua política nacional-estatista, conseguiu assumir após uma campanha de resistência ao rompimento da legalidade constitucional lançada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, e reforçada com um manifesto à nação do marechal constitucionalista Henrique Teixeira Lott, o mesmo que garantira a posse de JK. Brizola, a partir da Rádio Guaíba de Porto Alegre, iniciou uma campanha radiofônica em defesa da democracia e pela posse de Goulart, formando

³ GREW, Raymond. The Case for Comparing Histories. *American Historical Review*, Vol. 85, n. 4, p. 763-778, Oct. 1980, p. 769.

⁴ _____ . The Case for Comparing Histories, p. 777.

⁵ Cf. SEWELL, William H. Marc Bloch and the Logic of Comparative History. *History and Theory*, Vol. 6, n. 2, p. 208-218, 1967.

⁶ Sewell discorre de maneira clara sobre as unidades de comparação em seu artigo já citado aqui. Cf. SEWELL, William H. Bloch and the Logic of Comparative History, p. 211-214.

⁷ Cf. NAPOLITANO, Marcos. *História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 31-33; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o Golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 47-48 e 92; AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 27-30.



juntamente com outras 150 emissoras a Rede da Legalidade. Ao mesmo tempo, conseguiu o apoio do general Machado Lopes, comandante do III Exército, sediado no Rio Grande do Sul. A campanha de Brizola foi acompanhada por ampla mobilização da sociedade civil. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a União Nacional dos Estudantes (UNE), sindicatos e movimentos populares se mobilizaram em defesa da posse do vice-presidente legítimo. No dia 29 de agosto, o Congresso Nacional votou contra o impedimento de Jango e, buscando uma solução para a crise política, aprovou, no dia 1º de setembro, um regime parlamentarista estranhamente distorcido. Jango assumiu, sem muita euforia, no dia 7 de setembro, dia da Independência.⁸

O parlamentarismo não durou muito. Tanto a esquerda quanto a direita não acreditavam e não queriam o novo sistema, e os políticos dos principais partidos, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de Jango e Brizola, o Partido Social Democrático (PSD), de JK e Tancredo Neves, e a União Democrática Nacional (UDN), de Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, teceram fortes críticas ao parlamentarismo já no início de 1962.⁹ As críticas ao parlamentarismo por parte da oposição e até de políticos aliados se deram mais pela ambição de concorrerem à presidência em 1965 e, assim, exercerem o poder de fato, do que com uma preocupação com a governabilidade do governo de Goulart. Aliado a isso, a crise política e econômica permanecia insolúvel e em pouco mais de um ano o Brasil teve três primeiros ministros.¹⁰

Em meio à experiência parlamentarista, Goulart reafirmava o projeto das “reformas de base”. As Reformas de Base eram programas e projetos que pretendiam implantar reformas estruturais em setores essenciais para o desenvolvimento do país, como o agrário, o educacional, o bancário, o político, o urbano, o fiscal, entre outros. Porém, com os poderes limitados pelo parlamentarismo, as “reformas de base” dificilmente saíam do papel. Portanto, aumentou-se ainda mais a pressão pelo fim do parlamentarismo, que acabou por ser rechaçado por ampla maioria da população no plebiscito antecipado de 6 de janeiro de 1963.

⁸ NAPOLITANO, Marcos. *História do Regime Militar Brasileiro*, p. 33-35; Para Aarão Reis, o engajamento dos movimentos populares na defesa da posse do Jango fortaleceram os próprios movimentos em relação ao governo. A pressão que passaram a exercer sobre o governo Jango duraria até o momento do golpe. Cf. AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura e democracia no Brasil*, 30-32.

⁹ Ludília Delgado explica de maneira clara e sucinta os principais partidos e frentes parlamentares do período. A autora discorre sobre a composição, atuação e projetos do PTB, PSD e UDN no período de 1945 a 1964. Cf. DELGADO, Ludília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Ludília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

¹⁰ Cf. MOTTA. *Jango e o Golpe de 1964 na caricatura*, p. 54-56; AARÃO REIS. *Ditadura e democracia no Brasil*, p. 35.



Com a volta do presidencialismo, as pressões para que as “reformas de base” saíssem do papel aumentaram, encabeçadas principalmente pelos movimentos sociais, sindicatos e grupos de esquerda, que se reuniram em torno da Frente de Mobilização Popular (FMP). A FMP foi idealizada por Brizola no início de 1963, e era integrada pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a Ação Popular (AP), o Partido Operário Revolucionário Trotskista (POR-T), setores das Ligas Camponesas, a parte mais à esquerda do PCB, parte do Partido Socialista Brasileiro (PSB), a UNE e grupos de sargentos e marinheiros. Sua voz no Congresso Nacional era a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), apesar de grande parte da FMP não acreditar nas possibilidades de mudanças vinda de um parlamento que se mostrava cada vez mais conservador.¹¹

Os grupos de esquerda foram se radicalizando cada vez mais à medida que os projetos de Jango eram derrotados. A maior derrota política foi pela aprovação da Reforma Agrária, uma das reformas nevrálgicas das “reformas de base”. Significativa parte dos congressistas, principalmente os integrantes da Ação Democrática Parlamentar (ADP), formada por deputados da UDN, do Partido Republicano (PR) e alguns integrantes do PSD, impediram a aprovação da Reforma Agrária nos moldes que Goulart e os grupos de esquerda desejavam.¹² Sucessivos projetos foram apresentados no Congresso até outubro de 1963, sendo todos derrotados. Jango não conseguia aprovar a Reforma Agrária pela via legal, o que alimentava ainda mais a sensação, para o temor das elites, de que ela seria feita “na marra”, como dito pelo deputado do PSB Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas.¹³

Somando-se a derrota política, Goulart também sofreu uma derrota no plano econômico. O Plano Trienal, elaborado pelo economista Celso Furtado, pretendia ajustar as contas do governo, controlar a inflação e retomar o crescimento. Para isso as “reformas de bases” deveriam ser efetivadas, pois ajudariam no ajuste financeiro governamental e na retomada do crescimento. No entanto, o plano desagradou tanto a direita, vocalizada pelos empresários que não aceitaram o controle dos preços e parte dos ajustes estruturais, quanto a esquerda, que se expressaram, principalmente, por meio de várias confederações sindicais, posicionando-se contra o corte de salários e outras políticas de austeridade durante a crise inflacionária.¹⁴

¹¹ Cf. NAPOLITANO. *História do Regime Militar Brasileiro*, p. 38; DELGADO. Partidos políticos e frentes parlamentares, p. 148.

¹² DELGADO. Partidos políticos e frentes parlamentares, p. 150-151.

¹³ Segundo Napolitano, a famosa expressão “na lei ou na marra” virou palavra de ordem quando, no discurso de encerramento do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores do Campo, ocorrido em Belo Horizonte, em novembro de 1961, o deputado Francisco Julião disse: “A reforma agrária será feita na lei ou na marra, com flores ou com sangue.” Cf. NAPOLITANO. *História do Regime Militar Brasileiro*, p. 37.

¹⁴ NAPOLITANO. *História do Regime Militar Brasileiro*, p. 40



O Plano Trienal fracassou antes do fim do primeiro semestre de 1963 e a situação se agravou para Jango, que ainda tentava manter diálogos com a direita, cada vez mais articulada e propensa ao golpismo, e com a esquerda, que exigia decisões mais firmes e menos conciliatórias do presidente para levar adiante as reformas estruturais que o país necessitava. As greves sindicais se multiplicavam e a mídia tradicional criticava o governo cada vez mais agressivamente.¹⁵ O Jango “equilibrista”, conciliador e avesso a radicalismos, não se sustentava mais em um contexto em que o diálogo era superado pela conspiração.¹⁶

Praticamente seis anos e meio após o golpe no Brasil, durante a violenta presidência do General Emilio Garrástazu Médici, o governo da *Unidad Popular* (UP) chegou ao poder através da via democrática, com um plano de governo que propunha amplas reformas que visavam uma revolução geral, com o intuito de mudar as estruturas da sociedade burguesa capitalista e de instaurar um novo tipo de socialismo. A novidade era fazer isso sem confrontos violentos, pelos meios institucionais. Independente do caminho revolucionário divulgado por Allende, a UP assustava os setores mais conservadores da sociedade chilena e internacional, principalmente os Estados Unidos, que não queriam outra Cuba na América Latina. Cuba continuava a ser um influente exemplo e teria com o governo Allende uma relação de proximidade muito maior do que teve com o Brasil de Jango. O governo e a queda da UP seriam marcados por uma forte oposição e articulação golpista por parte das elites chilenas, apoiadas, de maneira ainda mais intensa e eficaz em relação ao Brasil, pelos EUA.

Até o golpe de 1973, os chilenos acreditavam na excepcionalidade da democracia inquebrantável do Chile no contexto latino americano. Era senso comum que o Chile desde a década de 30 não havia sofrido tentativas sérias de golpe. “*En el devenir de la política chilena, las fuerzas armadas se mantuvieron al margen del proceso político. Después del período 1924 – 1931 no habían intervenido directamente en la determinación de la suerte de los gobiernos*”.¹⁷ Para grande parte dos chilenos,

¹⁵ Tomando o Rio de Janeiro como exemplo, as greves na cidade passaram de 35, em 1960, para 77 em 1963. Cf. MOTTA. *Jango e o Golpe de 1964 na caricatura*, p. 103.

¹⁶ Motta mostra em sua análise agradável e didática sobre o governo Jango e as caricaturas, principalmente da oposição, como o presidente era visto pela grande mídia. Entre vários perfis traçados pelos jornais, um dos mais representados mostra Jango como um político indeciso e que tenta conciliar grupos opostos, atuando como um verdadeiro equilibrista em corda bamba. Nesse aspecto, não somente os jornais de oposição, como também os aliados representaram Jango a partir dessa faceta. Cf. MOTTA. *Jango e o Golpe de 1964 na caricatura*, cap. 4. Essa indecisão e dificuldade em escolher um lado também são mencionadas na análise de Napolitano. Para o historiador, quando Goulart resolveu finalmente se aproximar da pressão popular, ao perder suas batalhas institucionais, já era tarde demais. Cf. NAPOLITANO. *História do Regime Militar Brasileiro*, p. 42. Aarão Reis é mais duro em sua crítica ao mostrar um presidente ausente nos momentos mais delicados e que, mesmo com forte apoio popular, se rende facilmente ao preferir “sair da história” “aos soluços” e “apavorado” pela fronteira do Uruguai. AARÃO REIS. *Ditadura e democracia no Brasil*, p. 41-45.

¹⁷ Cf. VALENZUELA, Arturo. *El quiebre de la democracia en Chile*. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2013, p. 54. Como será mostrado adiante, o próprio Valenzuela mostra que essa ausência de atuação direta das



as instituições e os processos da democracia no Chile eram extremamente estáveis. A estabilidade política e o alcance da representatividade social do Estado democrático chileno, segundo Eder Sader, expressavam “a capacidade das classes dominantes chilenas de incorporarem as mais amplas forças sociais na reprodução da ordem social que assegurava o seu domínio. Para lográ-lo evidentemente tiveram que efetuar várias concessões.”¹⁸

O mito de um país com uma estabilidade institucional não era muito crível, apesar de sustentado por vários chilenos.¹⁹ Antes mesmo de assumir, Allende já sofreu com tentativas de inviabilizar sua posse. Os EUA, que já haviam dado cerca de um milhão de dólares para tentar impedir sua eleição²⁰, ao ver seus planos fracassarem decidiram apoiar o grupo de extrema direita *Patria y Libertad*²¹ e grupos golpistas das Forças Armadas no sequestro do Comandante em Chefe do Exército, General René Schneider. Schneider era um convicto constitucionalista e a ideia era culpar grupos extremistas de esquerda na ação de seu sequestro. Porém, o Comandante em Chefe acabou assassinado ao reagir à tentativa de sequestro e o tiro saiu pela culatra para os conspiradores. Houve uma comoção a favor de Allende e grande parte do comando militar permaneceu legalista. Carlos Prats, outro ferrenho constitucionalista, foi nomeado o novo Comandante em Chefe do Exército.²²

No dia 24 de outubro, o Congresso ratificou a eleição de Allende, que assumiu no dia 4 de novembro de 1970. Assim como no Brasil quando da posse de Jango, a posse do representante da UP somente foi possível com uma negociação. A *Democracia Cristiana* (DC), partido considerado de centro e que possuía maioria no Congresso, exigiu que Allende, presidente eleito com apenas 36,2% dos votos, assinasse o *Estatuto de Garantías Constitucionales*. A

Forças Armadas Chilenas não significava que os militares se anulassem como possíveis atores políticos em determinadas situações.

¹⁸ SADER, Eder. *Um rumor de botas*. Ensaios sobre a militarização do Estado na América Latina. São Paulo: Polis, 1982, p. 75.

¹⁹A violenta repressão desencadeada pelos militares chilenos levou vários autores, desde o início da ditadura, a questionar alguns pilares da cultura política chilena. Questionando o que seriam características da “chilenidade”, cientistas políticas e historiadores buscaram derrubar alguns mitos do processo histórico chileno, principalmente o de que as forças armadas eram neutras e constitucionalistas e de que o Chile era um país politicamente estável. Um dos primeiros a questionar a neutralidade das forças armadas no processo político, já na década de 70, foi o já citado cientista político Valenzuela. Cf. VALENZUELA. *El quiebre de la democracia en Chile*, p. 54 -55. O cientista político Luiz Alberto Moniz Bandeira também questiona a excepcionalidade chilena de estabilidade. Cf. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Fórmula para o caos: ascensão e queda de Salvador Allende (1970-1973)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 35-36. O historiador Gabriel Salazar vai além em sua análise. Desconstrói não apenas o mito de estabilidade institucional, mas também o mito de que o Chile teve poucos golpes, e que estes trouxeram estabilidade política para o país, sendo chamados de “golpes militares perfectos”. Cf. SALAZAR, Gabriel. *Villa Grimaldi (Cuartel Terranova)*. Santiago: LOM, 2013, p. 31-34.

²⁰ BANDEIRA. *Fórmula para o caos*, p. 145.

²¹ *Patria y Libertad* foi um movimento nacionalista armado, composto, em sua maioria, por empresários, que se formou oficialmente em 10 de setembro de 1970 e contava com o apoio da CIA. Realizavam ações armadas e atentados à bomba com o objetivo de desestabilizar o governo de Allende. Cf. AGGIO, Alberto. *Democracia e socialismo: a experiência chilena*. São Paulo: Editora UNESP, 1993, p. 111; BANDEIRA. *Fórmula para o caos*, p. 293-294.

²² Cf. BANDEIRA. *Fórmula para o caos*, p. 163-180.



tensão em torno do primeiro presidente marxista eleito democraticamente fez com que pela primeira vez o candidato mais votado tivesse que dar garantias de respeito à Constituição, o que já evidenciava a dificuldade que Allende teria ao governar o Chile.²³

As dificuldades enfrentadas pelo governo de Allende, no entanto, não se justificavam apenas pela direita e os grupos golpistas. Assim como no governo de Jango, a esquerda chilena era bastante dividida, porém ainda mais estruturada e articulada que no Brasil.

A esquerda chegou ao poder em 1970, com profundas divisões sobre como instaurar o socialismo e fazer a revolução, apesar do fim último ser o mesmo. Existiam duas linhas claras: a gradualista e a rupturista.²⁴ Não eram todos os partidos da UP e seus apoiadores que defendiam a via pacífica ao socialismo. Os *rupturistas* defendiam abertamente a luta armada, com apoio internacional e a destruição imediata do estado burguês. Faziam parte desse grupo parte do próprio partido de Allende, o PS, o *Movimiento de Acción Popular Unitária* (MAPU) e a *Izquierda Cristiana* (IC). Além do MIR, grupo que promovia ações armadas e que apoiava a UP, mas não fazia parte da coalizão. Por outro lado, os *gradualistas* acreditavam que era necessária inicialmente uma revolução nacional, utilizando o estado com o apoio da pequena e média burguesia. Reafirmavam a tese de que o Chile era um país singular no contexto latino americano e que suas vicissitudes permitiam seguir por esse caminho. Formavam esse grupo o restante do PS, o que incluía seu principal líder, o presidente Salvador Allende, juntamente com o PCCh, o Partido Radical (PR) e parte do MAPU.

Em que pese os vários problemas enfrentados pela UP, provocados pela esquerda e pela direita, um leque de transformações foi efetuado durante o governo de Allende. Essas transformações envolveram dos militares aos setores mais à esquerda da Igreja Católica, mobilizando intensamente parte da população e intensificando o medo e a insatisfação dos grupos mais elitizados e conservadores, que buscaram a todo custo sabotar o programa da UP.

A *Unidad Popular* buscou implementar reformas profundas no seio da sociedade chilena. No que tange a economia, o programa da UP previa três áreas: *area de propiedad social* (APS), que seria formada por um pequeno grupo de empresas estratégicas nacionalizadas, como as mineradoras de cobre, ferro, salitre, os bancos, as empresas de distribuição de serviços essenciais ao país, como eletricidade, petróleo, papel, etc.; *area de propiedad privada*, que seria a maioria das

²³ Sobre os diferentes partidos e grupos políticos que atuavam no momento da eleição de Allende, as regras da política chilena e as negociações travadas entre a DC e a UP Cf. VALENZUELA. *El quiebre de la democracia en Chile*, p. 78-91. Outra interessante análise é a de AGGIO. *Democracia e socialismo*, p. 110-114.

²⁴ PINTO, Julio. Hacer la revolución en Chile. In: PINTO, Julio (org.). *Cuando hicimos historia: la experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM Ediciones, 2005, p.15.



empresas em inúmeros setores da indústria, da agricultura, do comércio, entre outros, e que receberiam proteção contra as grandes empresas e incentivos do governo para garantirem sua produção; e, por fim, a *area de propiedad mixta*, que seria constituída por empresas que possuíssem investimentos em capital privado e estatal, com uma gestão conjunta, envolvendo governo, sociedade e empresários.²⁵

O congresso chileno estava dividido em três principais forças, a UP que possuía maioria simples com o maior número de deputados, a DC que era a segunda maior força e o *Partido Nacional* (PN), representante dos grupos mais conservadores. Em uma divisão tão clara, o governo da UP, principalmente através da figura de Allende, conhecido como hábil articulador, tentou várias negociações com o centro, a DC, para estabelecer as três áreas da economia, porém as tentativas de acordo nunca foram para frente por intransigências e condições impostas pelos dois lados. O único trunfo do governo de Salvador Allende com o apoio total do Congresso foi a nacionalização do Cobre em 11 de julho de 1971.²⁶

Na área social, a UP tentou resolver a crise do déficit de moradias, principalmente na região metropolitana de Santiago. O governo trabalhou com o movimento de *pobladores*, que demandava por terrenos e moradias para a população nas áreas periféricas e terrenos não ocupados de Santiago. Assim como em outros movimentos sociais, também houve um crescimento da autonomia dos movimentos de *pobladores*, que passaram a decidir questões internas e a tomar medidas, com ou sem o apoio do governo. A influência do MIR sobre algumas destas *poblaciones* era clara e o movimento ajudou a organizar as novas formas de poder popular, que fortaleceram a UP, mas que ao mesmo tempo serviram como mote para as acusações, por parte da direita, de que a UP era apoiada por grupos que contestavam o poder das instituições legais.²⁷

A distribuição de alimentos pelo governo foi adotada com seriedade pela população, que passou a ajudar na fiscalização e distribuição, juntamente com parte das Forças Armadas.²⁸ Nestas

²⁵ Os projetos de mudanças do programa da *Unidad Popular* na área econômica estão disponíveis online. Captado em: <http://www.abacq.net/imaginaria/frame5b.htm#05>. Acesso em: 31 out. 2015.

²⁶ A nacionalização do cobre foi amplamente debatida no Congresso chileno. Apesar de ter sido aprovada por 100% dos congressistas, a direita inicialmente se opôs ao projeto. A nacionalização foi mais um fator que irritou os EUA, pois as empresas expropriadas eram, em grande parte, estadunidenses. A lei de nacionalização previa o pagamento de indenizações às empresas depois de descontado o excesso de lucros indevidos. Uma ampla investigação demonstrou que as empresas estrangeiras tinham lucrado muito mais que o permitido sobre o cobre chileno e acabaram por dever o Estado. Cf. BANDEIRA. *Fórmula para o caos*, p. 260-262.

²⁷ Sobre a construção de moradias e as ações na periferia de Santiago, Cf. GARCÉS, Mario. Construyendo “las poblaciones”: El movimiento de pobladores durante la Unidad Popular. In: PINTO. *Cuando hicimos historia*.

²⁸ Sobre a participação popular, principalmente dos grupos de cristãos ligados a Igreja, nos programas da UP, Cf. ILLANES, María Angélica. “El cuerpo nuestro de cada día”: El pueblo como experiencia emancipatoria en tiempos de la Unidad Popular. In: PINTO. *Cuando hicimos historia*.



também existiam, principalmente entre os setores de base, que eram formados por uma população de renda mais baixa, uma forte identificação com as transformações efetuadas pela UP. O governo tentava manter uma boa relação com as Forças Armadas, não só investindo na infraestrutura das três armas militares, como as inserindo na administração de importantes projetos da UP, como ocorreu com o General Alberto Bachelet, responsável oficial pelas *Juntas de Abastecimiento y Precios* (JAP).²⁹

O ano de 1971 trouxe, inicialmente, bons resultados econômicos e políticos para o governo da UP, porém terminou de maneira não muito animadora. No plano econômico, além da nacionalização do Cobre, houve um crescimento do PIB, diminuição da inflação, maior redistribuição de renda e redução do desemprego. No plano político, a UP teve um aumento em sua votação de quase 10% em relação às eleições municipais anteriores e de praticamente 14% em relação às eleições presidenciais. Apesar do significativo ganho, o cenário político já indicava uma polarização no eleitorado chileno, tendo em vista que os partidos do centro foram os que mais perderam eleitores, o que fez a UP se fortalecer frente a DC.³⁰

A situação se tornaria delicada já em meados de 1971. O ex-ministro do interior do governo de Eduardo Frei, Edmundo Pérez Zujovic, foi assassinado em 8 de junho de 1971, por um grupo de extrema esquerda. As relações entre a DC e a UP, que se mantinham relativamente estáveis, esfriaram com trocas de acusações de ambos os lados. A DC acusava a UP de perder o controle de seus aliados, enquanto a UP dizia que o atentado era um plano da extrema direita e da CIA para desestabilizar o governo. Em meio à crise, a economia começou a dar sinais de enfraquecimento, com a redução do preço do Cobre no mercado internacional e a drástica redução da ajuda econômica dos EUA ao Chile. No início dezembro, um grande protesto de mulheres da elite e da classe média saiu às ruas na chamada *Marcha de las cacerolas vacías* (Marcha das panelas vazias) gritando palavras de ordem contra o governo da UP e protestando contra a crise de desabastecimento de produtos básicos no mercado.³¹ Em meio aos embates políticos travados no Congresso e nas ruas, chegou ao Chile, no dia 10 de novembro, Fidel Castro.³² A visita oficial que seria de 10 dias se prolongou por 24 dias. Fidel e seus discursos atingiram todo o

²⁹ Cf. VALDIVIA, Verónica. Todos juntos seremos la historia. Unidad Popular y fuerzas armadas. In: PINTO. *Cuando hicimos historia*.

³⁰ Cf. VALENZUELA. *El quiebre de la democracia en Chile*, p. 96-99; AGGIO. *Democracia y socialismo*, p. 117-121.

³¹ Especificamente sobre a atuação das mulheres de direita na derrubada de Allende ver POWER, Margaret. *Right-Wing Women in Chile. Feminine Power and the Struggle against Allende, 1964-1973*. University Park, PA., Pennsylvania State University Press, 2002.

³² Cf. AGGIO. *Democracia y socialismo*, p. 121-129; BANDEIRA. *Fórmula para o caos*, p. 277-325



Chile, aterrorizando ainda mais os grupos de direita e prejudicando o governo Allende em um momento delicado.³³

A crise do governo da UP se agravou e as tentativas de negociação com a DC fracassaram. Ao mesmo tempo, a esquerda mais radical incitava ações mais firmes e duras do governo no sentido de acelerar as reformas e fazer a revolução avançar. Isso ocorria não somente nas cidades, como também no campo, à medida que a UP ampliava a reforma agrária iniciada no governo da DC.³⁴ Ela avançava por meio das expropriações da *Corporación de Reforma Agraria* (CORA), porém o MIR e parte do PS acusavam o processo de ser lento e incentivavam as invasões de terra no campo, o que agravava ainda mais a situação já delicada do governo, que sofria pressão da direita contra as expropriações.³⁵

Enquanto a UP lutava para manter a integridade de sua coalizão, os grupos golpistas de direita se articulavam para derrubar definitivamente o projeto da via pacífica ao socialismo. No Congresso Nacional, a principal oposição à Allende foi o PN, que desde um primeiro momento se aliou aos grupos de extrema direita, aos militares golpistas e à CIA para, inicialmente, impedir a posse de Allende e, posteriormente, desestabilizar e derrubar o seu governo. O PN, nascido em 1966, reunia um grupo heterogêneo de liberais, conservadores e nacionalistas autoritários, liderados por Pedro Ibáñez, Francisco Bulnes, Jorge Prat e Sergio Onofre Jarpa. Este último assumiria a presidência do PN em 1968, e levaria o partido a uma crítica e a um posicionamento intransigente, primeiro com Frei, e depois com Allende.³⁶

Os movimentos de extrema direita, como o já citado *Patria y Libertad*, sabotaram o governo Allende desde o seu primeiro momento até a queda em setembro de 1973. Porém eles não foram os únicos a serem financiados e/ou apoiados pela CIA e o governo republicano de Nixon. Importantes empresas e grupos patronais, nacionais e estadunidenses, como a *International Telephone & Telegraph Corporation* (ITT) e a *Sociedad de Fomento Fabril* (SOFOFA), tiveram um papel efetivo na derrubada de Allende, seguindo os planos da CIA de “fazer a economia gritar”.³⁷ A

³³ AGGIO, Alberto. Uma insólita visita: Fidel Castro no Chile de Allende. In: *História* (online). São Paulo, Vol. 22, nº 2, p 151-166, 2003.

³⁴ O programa da UP estabelecia 20 pontos para a reforma agrária. Captado em: <http://www.abacq.net/imagineria/20puntos.htm>. Acesso em: 15 out. 2015.

³⁵ Cf. BANDEIRA. *Fórmula para o caos*, p. 264-265 e 316-318; AGGIO. *Democracia y socialismo*, p. 129.

³⁶ O excelente trabalho de Verónica Valdivia analisa o destino do PN durante a ditadura pinochetista. VALDIVIA, Verónica. “*Crónica de una muerte anunciada*”: la disolución del Partido Nacional, 1973-1980. In: VALDIVIA, Verónica (Org.). *Su revolución contra nuestra revolución: izquierdas y derechas en el Chile de Pinochet* (1973-1981). Santiago: LOM, 2006.

³⁷ Com a desclassificação dos documentos ultrassecretos da CIA da década de 1970, pela administração Clinton, os detalhes do apoio dos EUA ao golpe no Chile foram revelados. Em setembro de 1970, uma reunião entre o presidente Richard Nixon, o secretário de Estado Henry Kissinger, o procurador-geral John Mitchell e o diretor da CIA, Richard Helms, definiu os planos a serem deflagrados contra o Chile caso Allende conseguisse assumir. Um



SOFOFA foi o principal grêmio patronal chileno na articulação do Golpe e também seria uma das lideranças chilenas na principal crise da UP: o *paro patronal* de outubro de 1972.

O *paro patronal* foi uma greve articulada pelos principais grêmios e associações de empresários, com ativo apoio financeiro e logístico dos EUA, com o objetivo de paralisar e falir o Chile economicamente. Juntamente com outras pequenas confederações, que reuniam médicos, engenheiros, estudantes, bancários, a greve reuniu cerca de 100% do transporte, 97% do comércio, 80% dos profissionais e 85% das cooperativas camponesas. No plano institucional o PN e a DC apoiaram a greve. Nas ruas, grupos de direita e esquerda entraram em choque. A ideia era levar o Chile ao caos, como planejado pela administração Nixon, que financiava a direita chilena.

O Chile não parou, no entanto, pois os partidos e grupos de esquerda se organizaram, com significativo apoio de parte da população, para fazer a economia e os serviços funcionarem. Nesse momento, as JAP foram essenciais para manter o mínimo de abastecimento para a população. A atuação de grande parte da classe operária, principalmente da base, em resposta ao *paro* serviu para mostrar o apoio *obrero* (operário) ao governo socialista de Allende. A CUT e os setores de base se uniram para controlar as fábricas e não permitir a paralisação total das atividades.³⁸

Se por um lado o apoio dos trabalhadores refletia a confiança nas ideias socialistas do governo da UP, por outro mostrava dúvidas sobre a capacidade do governo de colocá-las em prática a partir dos meios institucionais, o que fez com que nesse período as *tomas* (ocupações) avançassem significativamente, seguindo o lema de *avanzar sin transar*, ou seja, avançar na revolução sem negociar com os setores reacionários e reformistas. Uma vez mais se apresentava o conflito entre os gradualistas e rupturistas.³⁹

Apesar dos esforços da oposição golpista, o país continuou em funcionamento e o *paro patronal* começou a perder força. Mesmo assim, os jornais *El Mercurio*, do empresário Agustín Edwards, uma das principais conexões da CIA, e o *Tribuna*, do senador do PN, Sergio Onofre Jarpa, continuaram com históricas acusações contra o governo.⁴⁰ O PN tentou aprovar uma acusação a quatro ministros do presidente e a ilegalidade do governo no Parlamento, mas a DC

dos pontos primordiais foi definido em uma frase: *make the economy scream!* Sobre as ações dos EUA e da CIA Cf. SALAZAR. *Villa Grimaldi*, p. 44-58. Bandeira também detalha, de modo preciosista, em diferentes partes do seu livro sobre o governo da UP e a derrubada de Allende, a ação desencadeada pelos EUA e a CIA. Cf. BANDEIRA, *Fórmula para o caos*.

³⁸ GAUDICHAUD, Franck. Construyendo “Poder Popular”: El movimiento sindical, la CUT y las luchas obreras en el período de la Unidad Popular. In: PINTO. *Cuando hicimos historia*, p.95

³⁹ GAUDICHAUD. Construyendo “Poder Popular”, p. 98- 103.

⁴⁰ Cf. VALDIVIA. *Su revolución contra nuestra revolución*, p. 28; VALENZUELA. *El quiebre de la democracia en Chile*, p. 135



preferiu negociar com a UP e a solução da crise resultou na formação de um gabinete cívico-militar com personalidades que agradassem a todos, principalmente a DC. Carlos Prats, comandante em chefe do Exército assumiu o Ministério do Interior e a vice-presidência da República, e foi substituído, interinamente, pelo general Augusto Pinochet, militar considerado discreto e legalista.

A greve terminou em 6 de novembro e as forças políticas passaram a apostar suas fichas nas eleições parlamentares de março de 1973. A oposição contava em conseguir a maioria no Congresso para tentar tirar Allende pela última vez pelo meio constitucional. A UP buscava o mesmo, porém com o intuito de aprofundar as reformas sem abrir mão da via pacífica.⁴¹ Apesar de resolvida a crise de outubro, ela foi um divisor para o governo Allende. Levou a sociedade aos níveis máximos de tensão, colocou os militares no centro nervoso da política institucional e serviu como uma preparação para o Golpe de setembro de 1973.⁴²

O início e o desenrolar dos acontecimentos dos governos Jango e Allende mostram uma série de disputas políticas e sociais que resultariam em crises intensas envolvendo variados setores de ambas as sociedades. Como já apontado, algumas semelhanças são evidentes, como o apoio dos EUA às forças golpistas de oposição, as disputas no seio da esquerda, a má administração econômica e a oposição criminosa dos grupos de direita. O interesse reside nas diferenças.

No Brasil, a interferência estadunidense nas tentativas de impedimento da posse de Goulart foi bem mais amena que no caso de Allende. Isso se deve, principalmente, por dois motivos: a administração republicana de Nixon era muito mais agressiva em relação à América Latina do que a administração democrata de Kennedy, que ainda se baseava nos preceitos da Política de Boa Vizinhança; o governo de Salvador Allende era abertamente marxista, e objetivava realizar a revolução socialista de maneira pacífica, o que o diferenciava do governo reformista de João Goulart.

Nos primeiros anos do governo Allende, reformas muito mais profundas foram efetuadas se comparamos aos primeiros anos do governo de Jango, que teve mais dificuldades em governar, travado por conta de um parlamentarismo distorcido e uma situação minoritária no Congresso. As reformas de base de Jango foram sendo, uma a uma, rejeitadas pelo Congresso brasileiro, enquanto as reformas de Allende chegaram a sair do papel e conseguiram amplo apoio de significativa parte da população.

⁴¹ BANDEIRA. *Fórmula para o caos*, p. 359- 367; AGGIO. *Democracia y socialismo*, p. 137-142

⁴² MOULIAN, Tomás. *Democracia y socialismo en Chile*. Santiago: FLACSO, 1983, p. 57.



O fato do governo de Allende posicionar-se abertamente como socialista, enquanto o governo de Jango apresenta um caráter reformista muito mais tímido, se relaciona à crise final e com as características dos golpes que derrubaram os dois governos. Não só o grau de violência, como também a construção do discurso das duas ditaduras que vão se seguir aos governos derrubados, demonstra como a direita de cada país enxergava com diferenças não tão sutis as ameaças trazidas por Jango e Allende.

A crise final e os golpes contra Jango e Allende

Após o fracasso do Plano Trienal e com as reformas de base sofrendo forte oposição no Congresso, a crise política do governo Goulart se agravou. A grande imprensa criticava a crise econômica e a política externa, denunciava esquemas de corrupção, criticava as relações de Jango com os comunistas e insinuava sobre tendências autoritárias do presidente.⁴³ Em outubro de 1963, o principal líder da oposição, o político e jornalista Carlos Lacerda, deu uma entrevista ao *Los Angeles Time*, jornal estadunidense, que repercutiu amplamente no Brasil. Na entrevista, Lacerda chamava Jango de caudilho golpista, que estava prestes a ser derrubado pelas Forças Armadas, e ainda pedia ajuda aos EUA para ajudar a derrubar o presidente. As declarações de Lacerda somaram-se ao já conturbado contexto político, agravado pela crise da greve organizada pelo CGT em Santos e pela revolta dos sargentos, que ocuparam Brasília - chegando a invadir o Congresso Nacional e outros prédios estratégicos da capital. Os sargentos estavam revoltados com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que reiterou a proibição constitucional, de impedir que os oficiais de baixa patente eleitos em 1962 ocupassem cargos legislativos.

Tentando encontrar nova solução para a crise, Jango mandou ao Congresso um projeto que pedia a autorização para o Estado de Sítio. A partir daí aumentaram as suspeitas sob o autoritarismo do presidente, que foi criticado tanto pela direita, como pela esquerda, e Jango acabou por retirar o projeto do Congresso.⁴⁴

Se por um lado diversos movimentos populares e sindicais demonstravam apoio - e exerciam pressão - ao projeto reformista de Goulart, por outro, poderosos grupos de empresários e militares, com o apoio dos EUA, se organizavam para depor o presidente.

A ADP, principal frente de oposição ao governo no Congresso, era financiada pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), organização fundada em 1959 por empresários brasileiros e estrangeiros contrários ao trabalhismo e com um discurso radicalmente

⁴³ Cf. MOTTA. *Jango e o Golpe de 1964 na caricatura*. Ver principalmente os capítulos 5, 6, 7, 9, 10 e 11.

⁴⁴ Cf. NAPOLITANO. *História do Regime Militar Brasileiro*, p. 41-45; MOTTA. *Jango e o Golpe de 1964 na caricatura*, p. 144-146.



anticomunista. Nas eleições de 1962, o IBAD financiou, de maneira ilegal, a campanha de vários políticos contrários às “reformas de base” e ao governo Goulart.

Ao final de 1961, surgiu o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), fundado por empresários e militares, entre eles Golbery do Couto e Silva. O IPES produziu até o momento do golpe uma série de documentos, discursos e ações antigovernistas, antirreformistas e anticomunistas, procurando desestabilizar o governo Jango e os movimentos populares que o apoiavam. Para isso, o IPES articulou diversos segmentos conservadores, liberais e nacionalistas, que iam de grandes proprietários de terras, ameaçados pela Reforma Agrária, passando por empresários nacionais e estrangeiros, que eram contra o nacionalismo econômico de esquerda, até amplos setores da classe média, que sofriam com um cenário econômico, social e político problemático e desanimador. Ainda visando atingir as áreas onde o governo possuía mais força, o IPES, que coordenava os planos golpistas juntamente com o IBAD, organizava ações com a Frente da Juventude Democrática (FJD), que tentou, sem sucesso, conquistar os estudantes e acabar com a preponderância da UNE, e com o Movimento Sindical Democrático (MSD), que buscou atuar junto aos sindicatos. Completando o quadro de organizações que se destacaram na luta contra o governo Goulart, houve também a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), que teve papel de destaque entre os movimentos de classe média que foram às ruas contra o presidente e seu governo. Apesar de reunir diferentes propostas para o país, todos esses grupos tinham como ponto em comum um ferrenho anticomunismo, que se transferia para o governo Jango, apoiado pelo PCB.⁴⁵

O IBAD e o IPES também eram financiados pela CIA, que atuava no Brasil de maneira discreta, e passou a apoiar os grupos golpistas. O governo dos EUA já havia tido problemas com Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, por conta de interesses de empresas estadunidenses ameaçados pelo governador petebista. Com a posse de Jango, apoiado por nacionalistas de

⁴⁵ Um dos estudos mais completos sobre o envolvimento dos grandes empresários, brasileiros e estrangeiros, grupos de militares e outros setores da sociedade civil no Golpe de 1964 é o de Rene Dreifuss. O autor dissecou a atuação do IPES e o alcance dos grupos financiados por ele e pela CIA em vários setores sensíveis e relevantes da sociedade. Cf. DREIFUSS, Rene. *1964: a conquista do estado*. Petrópolis: Vozes, 1981. O IBAD foi fechado ao final de 1963 por decreto de Goulart. Sobre a suspeita atuação do IBAD ver também MOTTA. *Jango e o Golpe de 1964 na caricatura*, 149-150. Sobre o IBAD e suas relações com outros grupos, principalmente a ADP, Cf. DELGADO. *Partidos políticos e frentes parlamentares*, p. 148-151. Sobre a atuação da FJD e outros grupos estudantis de direita Cf. MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968*. Campinas: Papyrus, 1987, p. 62. Sobre a atuação do MSD Cf. GIANOTTI, Vitor. *História da luta dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2007, p. 165. Especificamente sobre a luta e os movimentos das mulheres de direita no governo Jango e o destaque da CAMDE Cf. SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, Pátria e Família: as mulheres no golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1985; Ainda sobre a CAMDE e também a Liga da Mulher Democrata (LIMDE), fundada em Belo Horizonte, conferir os trabalhos de CORDEIRO, Janaína M. *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. São Paulo: Editora FGV, 2009; e STARLING, Heloísa. *Os senhores das gerações: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 151-192.



esquerda e pelo PCB, com uma política externa independente e com planos de reformas estruturais que, em parte, contrariavam os interesses de empresas dos EUA que possuíam negócios e filiais aqui no Brasil, o governo dos EUA acendeu o sinal vermelho e passou a dialogar e a financiar a oposição. Em 1964, já na administração de Lyndon Johnson, os EUA passaram para um patamar mais agressivo em relação a Jango e buscaram avaliar quem seria o nome mais indicado para liderar o golpe. Humberto de Alencar Castelo Branco, que possuía boas relações com os militares estadunidenses, foi o escolhido, e os planos para derrubar Jango começaram a ser traçados.⁴⁶

Em meio as evidentes conspirações e trocas de acusações entre as esquerdas e as direitas, Jango se aproximou dos movimentos populares para mostrar o apoio que tinha da população para as “reformas de base” e fazer pressão sobre um legislativo cada vez mais conservador e golpista. No dia 13 de março realizou-se o famoso comício da Central do Brasil, que inauguraria uma série de comícios que defenderiam as reformas pretendidas. Compareceram mais de 200 mil pessoas, vários líderes da esquerda discursaram e Jango chegou a assinar alguns decretos relacionados às reformas de base e às pautas nacionalistas, em uma tentativa de mostrar que o processo reformista estava vivo. Dessa maneira Jango dava uma resposta às cobranças dos grupos de esquerda, principalmente a FMP, para que ele tomasse um posicionamento firme sobre as reformas. No dia 19 do mesmo mês, a direita fez uma grande passeata, reunindo cerca de 500 mil pessoas na igualmente famosa Marcha da Família com Deus pela Liberdade.⁴⁷

Os lados de um eminente confronto estavam dados e o grupo liderado por Castelo Branco apenas esperava uma ação mais radical do governo Jango para que medidas fossem tomadas. Também aguardavam o deslocamento e início da Operação *Brother Sam*, que seria um apoio militar tático a partir de uma força naval enviada pelos EUA. No entanto dois acontecimentos ao final de março precipitaram o início do Golpe que tomou todos de surpresa, governo e golpistas. No dia 25 de março, por volta de dois mil marinheiros se rebelaram contra os abusos sofridos na Marinha e levantaram reivindicações específicas do movimento, mas também se pronunciaram a favor das “reformas de base”, associando a revolta a principal pauta nacional do momento. Os marinheiros conseguiram apoio dos Fuzileiros Navais e da população civil. Jango proibiu a invasão do prédio, o que fez com que o Ministro da Marinha renunciasse.

⁴⁶ NAPOLITANO. *História do Regime Militar Brasileiro*, p. 61. O livro de Luiz Alberto Moniz Bandeira explica e coloca bastante ênfase no papel da CIA para a derrubada de Jango. Cf. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

⁴⁷ Cf. NAPOLITANO. *História do Regime Militar Brasileiro*, p. 53-57. Especificamente sobre as marchas da direita Cf. PRESOT, Aline Alves. *As marchas da família com Deus pela liberdade e o golpe militar de 1964*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, Rio de Janeiro, 2004.



Vários oficiais das Forças Armadas viram a atitude de Goulart como um apoio à quebra de hierarquia militar e à “subversão” nos quartéis. Por fim, o ambíguo discurso de Jango para os sargentos e suboficiais da Polícia Militar, realizado no Automóvel Clube do Brasil no dia 30 de março, foi encarado como mais uma quebra da hierarquia militar e serviu como estopim para o início do Golpe. O general Olímpio Mourão Filho, que não fazia parte do grupo golpista de Castelo Branco em Minas Gerais, deu início, naquela madrugada, ao Golpe, movimentando suas tropas, localizadas em Juiz de Fora, em direção ao Rio de Janeiro. Castelo Branco, Golbery do Couto e Silva e lideranças golpistas civis, como Carlos Lacerda, foram tomados de surpresa, mas resolveram agir conforme a música do momento, e tomaram ações de modo a derrubar o governo e seus aliados definitivamente.⁴⁸

Goulart buscou negociar, mas não obteve sucesso. O general Amaury Kruehl condicionou o seu apoio ao presidente se ele afastasse do seu governo os sindicatos e movimentos sociais considerados radicais, o que não foi aceito. Seu único ponto de apoio era o Rio Grande do Sul e o III exército, porém Jango preferiu não iniciar uma guerra civil e partir para o exílio.

No dia 2 de abril, com o presidente ainda no país, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili, apoiado pelos conservadores, declarou vago o cargo de presidência da República e tomou posse. O golpe, assim, era legitimado pelos civis. No mesmo dia, outra Marcha da Família com Deus pela Liberdade, reunindo centenas de milhares de pessoas no Rio de Janeiro, comemorava a deposição de Jango. Porém, Mazzili ocuparia o cargo por pouco tempo. Castelo Branco era o líder do grupo golpista mais poderoso e organizado e assumiu o cargo de presidente, legitimado por uma votação em um Congresso Nacional já com 40 deputados cassados. Coroava-se assim, com amplo apoio civil, a farsa da salvação da pátria e da democracia brasileira. Os militares chegavam ao poder. E para o desencanto de muitos que apoiaram o golpe, principalmente os políticos conservadores, eles permaneceriam durante um longo tempo.⁴⁹

A repressão seria imediata contra os setores considerados mais ativos no apoio ao governo Goulart. Sindicalistas, trabalhadores rurais, líderes de organizações de esquerda, estudantes e políticos seriam as principais vítimas do novo regime, sendo reprimidos em diferentes graus.

⁴⁸ Cf. NAPOLITANO. *História do Regime Militar Brasileiro*, p. 57-63; AARÃO REIS, *Ditadura e democracia no Brasil*, p. 42-43. Especificamente sobre a revolta dos marinheiros em 25 de março, Cf. ALMEIDA, Anderson da Silva. A grande rebelião: os marinheiros de 1964 por outros faróis. In: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.), *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do Golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. Olímpio Mourão Filho não era considerado confiável pelo grupo golpista de Minas Gerais, que tinha como liderança militar o General Luís Carlos Guedes. Mourão Filho pouco sabia dos planos e conspirações do IPES em Minas Gerais, mas articulava o golpe juntamente com o governador Magalhães Pinto, que também era visto como um problema para o grupo de Castelo Branco. Cf. STARLING, *Os senhores das gerais*, p. 71-75 e 128-140.

⁴⁹ NAPOLITANO. *História do Regime Militar Brasileiro*, p.64-67; AARÃO REIS. *Ditadura e democracia no Brasil*, p. 44-46.



A crise final do governo da UP se deu a partir de fevereiro de 1973, com o projeto da *Escuela Nacional Unificada* (ENU). O governo de Allende tinha como objetivo a criação de uma escola unificada controlada diretamente pelo Estado que chegaria a todos os bairros, povoados e áreas rurais chilenos, o que desafiava diretamente o longo domínio da Igreja Católica na educação básica e média. A principal expectativa do governo era melhorar a qualidade de vida da população trabalhadora e gerar uma maior conscientização de classe como já evidenciava, logo no início, a parte do programa de governo inserido na seção *Cultura y Educación* e intitulado *Un sistema educacional democrático, único y planificado*.⁵⁰ O informe da ENU foi apresentado ao Conselho Nacional de Educação, sendo publicado em fevereiro de 1973, na *Revista de Educación* e nos jornais chilenos. O ministro da Educação participou de vários debates para explicar e defender o projeto, que foi duramente atacado pelos setores mais conservadores do Congresso, pela Igreja Católica e até pelas Forças Armadas. Todos eles acreditavam que o plano do governo era doutrinar as crianças e jovens com a “ideologia marxista”.⁵¹

Enquanto o governo tentava solucionar a crise em relação à ENU, ocorreram as eleições parlamentares de março. Os resultados não animaram nenhum dos dois lados e a situação de impasse se tornou evidente. A UP teve 43,9% dos votos contra 54,2% dos votos da *Confederación Democrática*, que reunia toda a oposição. A derrota da UP nas urnas não foi tão avassaladora como a esperada pela oposição. Dentro da UP, o PS foi o partido que teve a maior votação e o maior crescimento, o que foi interpretado pela esquerda *rupturista* como um sinal de que era hora de radicalizar e fazer avançar as reformas. Para a direita golpista, os resultados mostraram a impossibilidade de derrubar Allende através do Congresso, por não conseguir os 2/3 necessários. Desse modo, a única via era o golpe com o apoio militar.⁵²

Após as eleições, os militares se retiraram do governo e Allende mais uma vez formou um novo gabinete ministerial. Em abril, com a forte oposição a ENU, que era atacada pelos grupos conservadores, Allende retirou a proposta do Congresso. O recuo de Allende foi criticado por setores da esquerda. No Congresso, a disputa em torno das APS continuou, envolvendo setores da área jurídica que também embarcavam no processo de polarização extremada do país. A Corte Suprema começou a criticar publicamente Allende, dizendo que o país sofria uma crise de legalidade. Não bastasse a economia já destruída e a crise política, os trabalhadores de uma das

⁵⁰ Captado em: <http://www.abacq.net/imaginaria/frame5b.htm#07>. Acesso em 31 out. 2014

⁵¹ Uma boa análise sobre a reforma educacional no governo Allende se encontra em QUADRAT, Samantha Viz. *A reforma educacional da Unidade Popular e o golpe no Chile*. In: XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. Captado em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300674617_ARQUIVO_AreformaeducacionaldaUnidadePopularegolpenoChile.pdf. Acesso em: 31 out. 2015.

⁵² VALENZUELA. *El quiebre de la democracia en Chile*, p. 140-147.



principais minas de cobre do país, a *El Teniente*, entraram em greve na metade de abril, resultando em incalculáveis prejuízos econômicos. Grupos estudantis de direita marcharam em Santiago em apoio aos trabalhadores e entraram em conflito com integrantes do MIR. Em meio a isso tudo, atentados terroristas de grupos de extrema direita ocorriam na capital e a grande mídia incitava a população a não obedecer a um “governo ilegítimo”.⁵³

As possibilidades de negociação com a DC se tornaram quase nulas depois que a linha dura do partido, representada por Patricio Aylwin, alcançou a presidência.⁵⁴ O país convulsionava enquanto as forças golpistas planejavam suas últimas ações. Em 29 de junho, uma unidade blindada de Santiago atacou o Ministério da Defesa e o Palácio La Moneda. O *tancazo*, que foi como a tentativa de golpe ficou conhecida, foi aplacado rapidamente pelo Comandante em Chefe do Exército, o General Carlos Prats. A tentativa de golpe contou com a participação de militantes do *Patria y Libertad*, que se exilaram na embaixada equatoriana após a derrota.⁵⁵

Após o *Tancazo*, o Congresso rejeitou o pedido do governo de decretação de Estado de Sítio. Os atentados e confrontos nas ruas atingiram seu apogeu e temia-se uma guerra civil. As forças armadas passaram a efetuar buscas por armas, seguindo a Lei de Controle de Armas aprovado após a crise de outubro de 1972. E a situação se agravou com mais um assassinato político. O ajudante de ordens do presidente Allende e comandante da marinha, Arturo Araya, foi assassinado em casa, ao final de julho, por integrantes de grupos de extrema direita sob a coordenação do próprio Serviço de Inteligência Naval (SIN). A articulação golpista tinha como um dos principais centros a própria Marinha, mas também era apoiada por generais da Força Aérea e do Exército. Uma vez mais tentaram colocar a culpa do atentado na esquerda, mas os verdadeiros culpados foram descobertos. O país estava à beira de uma guerra civil, como planejado pela CIA e pela oposição golpista, mas ainda faltava um obstáculo importante a ser removido para que o golpe desse certo: o Comandante em Chefe do Exército, General Carlos Prats, que possuía efetivo comando do Exército. E isto não tardou.

Ao final de julho mais um *paro patronal*, iniciado novamente pela *Confederación de los Dueños de Camiones de Chile*, já estava em marcha. Allende em meio ao caos que o país vivia, formou mais um gabinete com militares, dessa vez com todos os comandantes em chefe das Forças Armadas e dos *Carabineros* (a polícia chilena), porém o Comandante em Chefe da Força Aérea renunciou ao cargo de militar e de ministro por discordar da continuidade e da influência de elementos da

⁵³ BANDEIRA. *Fórmula para o caos*, p. 446-452.

⁵⁴ VALENZUELA. *El quiebre de la democracia en Chile*, p. 152; AGGIO. *Democracia y socialismo*, p. 147.

⁵⁵ AGGIO. *Democracia y socialismo*, p. 148.



esquerda *rupturista* no governo. O General Gustavo Leigh, um dos líderes golpistas, passou a ser o novo Comandante em Chefe da Força Aérea.

Visando desmoralizar o General Prats, ocorreu um protesto no dia 21 de agosto, realizado por mulheres, entre elas algumas casadas com generais do Exército, em frente à casa de Prats. A manifestação cresceu, reunindo mais de mil pessoas, que ofendiam e diziam que o General Prats não representava o Exército chileno. A manifestação durou toda a noite e só foi dispersa com a intervenção do comissário da Prefeitura de Santiago a pedido do próprio presidente Allende. Sob forte pressão de outros membros do Exército, e com a renúncia de outros dois importantes generais legalistas, Prats renunciou no dia 23 de agosto. A nomeação de Augusto Pinochet para comandante em chefe das Forças Armadas, um general tido como constitucionalista pela *Unidad Popular*, mas que era visto como uma incógnita entre os círculos militares até um pouco antes do golpe, selou o destino do Chile democrático.⁵⁶

As últimas negociações com a DC já haviam falhado e Allende resolveu apostar suas fichas em um plebiscito em que a população iria votar se queria ou não a continuidade do governo socialista. Em 22 de agosto, um dia antes da renúncia de Prats, o Parlamento havia declarado a ilegalidade do governo, abrindo de vez o caminho para o golpe. Os jornais de direita e grande parte da elite e da classe média chilena clamavam por uma intervenção militar, enquanto a Marinha já torturava alguns marinheiros, acusados de serem membros infiltrados do MIR. Ao mesmo tempo os confrontos do Exército, que buscavam por armas, com os operários dos *Cordones Industriales*, solapavam as principais bases de apoio da UP. Na madrugada de 11 de setembro de 1973, dia em que Allende iria anunciar o plebiscito na *Universidad Técnica del Estado* (UTE), o golpe foi posto em marcha. O Palácio de La Moneda foi bombardeado e Allende cometeu suicídio em seu interior.

Muitos grupos civis acreditavam que a intervenção seria rápida, com o objetivo apenas de sanar os “subversivos” do Chile. Outros grupos, no entanto, criam na necessidade de um longo governo militar, pois só assim seria possível reconstruir o Chile. Para os gremialistas e os Chicago Boys, guardadas suas diferenças, era necessário reformular a própria cultura política chilena, e

⁵⁶ Há muitas análises sobre o comportamento de Pinochet nas Forças Armadas chilenas e sobre sua participação no planejamento do Golpe. Os autores concordam que ele não teve nenhuma relevância nas discussões e reuniões que visavam o Golpe. Porém alguns autores dizem que ele já estava inserido no grupo de golpistas desde o governo do Eduardo Frei, no caso da tentativa golpista comandada pelo General Roberto Viaux em 1969. Outros defendem que ele ‘embarcou’ de última hora nos planos de derrubada do governo da UP. Para uma visão que defende Pinochet já inserido desde antes nas tentativas golpistas e até como agente duplo da CIA, Cf. BANDEIRA. *Fórmula para o caos*, p. 294 e 507. Para o segundo caso conferir os capítulos 1 e 2 de: MUÑOZ, Heraldo. *A sombra do ditador: memórias políticas do Chile sob Pinochet*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.



somente os militares tinham a força necessária para efetuar as mudanças cabíveis. Obviamente, para esses grupos, os militares precisariam de sua ajuda para tal missão.

Assim como no Brasil, sindicalistas, trabalhadores rurais, líderes de organizações de esquerda, estudantes e políticos seriam as principais vítimas do novo regime. A repressão contra as classes dirigentes derrotadas também seria extremamente dura, envolvendo todos os tipos de prisões ilegais, torturas e assassinatos. Os confrontos decorrentes do assalto ao La Moneda resultaram em 36 pessoas mortas. Ao final de 1973, com apenas quatro meses do novo governo, já seriam quase dois mil mortos contabilizados.⁵⁷

Conclusão

Tanto Allende quanto Jango assumiram seus governos com grandes dificuldades e forte oposição. Goulart após a renúncia de Jânio Quadros, Allende com o apoio de cerca de 1/3 da população. Os confrontos nos dois países foram crescendo a medida que a oposição se articulava mais agressivamente, não só nos respectivos Congressos, como por meio da grande mídia e de grupos de direita que saíam às ruas em passeatas contra os dois governos. Allende e Goulart buscavam se aproximar de seus aliados, mas sem abrir mão de um discurso conciliador. Isso era visto como fraqueza pela esquerda mais radical, que desejava que as reformas fossem implantadas ou avançassem imediatamente, e como oportunismo e manipulação pela direita golpista, que não queriam que os processos reformistas fossem levados a cabo.

Em um panorama geral, muitos pontos se assemelham na crise dos dois regimes, porém mais uma vez são as diferenças que nos ajudam a compreender melhor a dinâmica de cada sociedade e, conseqüentemente, como se desenvolveu as ditaduras que vieram a seguir. Primeiramente, como já posto, é preciso analisar o caráter e a força dos dois governos e da esquerda.

A esquerda chilena possuía um alto nível de organização e força. O MIR, grupo que defendia a luta armada desde o momento anterior ao golpe – e era apoiado por setores do Partido Socialista -, possuía uma presença muito mais significativa no Chile do que os pequenos e desorganizados grupos da esquerda armada no Brasil pré-golpe. Acrescente-se que o nível de polarização alcançado no Chile e o medo da direita em relação aos “temidos comunistas” eram muito mais reais do que no Brasil. O governo da UP era de fato um governo marxista com uma

⁵⁷ Segundo Muñoz foram 1823 mortos, Cf. MUÑOZ. *A sombra do ditador*, p. 35. Os números apresentados pelo Informe Rettig e a *Corporación Nacional de Reparación y Reconciliación* (CNRR) revelam cerca de 1600 mortos nesse período. Vale mais uma vez destacar que apesar de ser um número bem superior ao de todo período brasileiro, no Brasil, como bem apontado pela CNV, muitos dos assassinados eram pessoas de grupos marginalizados, como operários, camponeses e índios, e não entraram nas estatísticas oficiais.



proposta de revolução. Algo bem distante do governo de Jango, apesar deste contar com o apoio de setores radicalizados da esquerda. A título de exemplo, enquanto no Brasil o PCB era um partido que atuava na ilegalidade, no Chile, o PCCh era um dos partidos de esquerda mais fortes e com maior número de eleitores, atuando totalmente na legalidade.⁵⁸ A extrema polarização política, o nível de organização e influência da esquerda, que tentou implantar um Estado socialista, e a presença de um relevante grupo que defendia a luta armada – sendo esta última a principal preocupação dos militares de ambos os países – possibilitam compreender porque o golpe e a repressão desencadeada pela direita no Chile foram tão intensos.

A crise de desabastecimento, provocada artificialmente pelos empresários de direita com apoio financeiro dos EUA e as desapropriações efetuadas pela UP também revelam como o processo de reforma no Chile foi mais intenso do que no Brasil. A direita golpista se utilizou de todos os artifícios possíveis para barrar a reestruturação realizada por Allende. Isso não significa que nenhum avanço foi efetuado no governo de Goulart. Este se esforçou em favor da causa camponesa, apesar da derrota sofrida em relação à Reforma Agrária. Foi aprovado por Jango, em 1963, o Estatuto do Trabalhador Rural, que concedia direitos trabalhistas efetivos – e básicos – aos trabalhadores rurais, entre eles o salário mínimo, férias e direitos sindicais. Já no mesmo ano diversos sindicatos rurais foram criados.⁵⁹

A relação de forças no Congresso dos dois países também mostra questões distintas. No Brasil, Jango enfrentou um Congresso ainda mais conservador que o chileno, pois até mesmo o partido que era considerado de centro, o PSD, se inclinava para pautas mais conservadoras e era apoiado por uma elite e classe média mais reacionária. No Chile, a DC, o partido de centro, apoiava muitas das reformas de Allende, que havia, inclusive, dado continuidade a algumas ações de governo de Frei. Muitas lideranças da DC discordavam apenas da maneira como as reformas eram realizadas. No entanto, o alto grau de polarização da sociedade chilena acabou erosionando o centro político, dividindo a DC e enfraquecendo sua ala mais à esquerda. Diferentemente de Jango, Allende possuía uma base razoável de negociação no Congresso, ao menos nos dois primeiros anos. A UP não possuía maioria, mas encontrava representantes da DC dispostos a negociar, o que não acontecia com Jango e o PSD. No Chile, o quadro vai se tornar irreconciliável após o *paro patronal*.

⁵⁸ Carine Dalmás compara os partidos comunistas do Brasil e do Chile, nas décadas de 40 e 50, a partir de uma perspectiva política-cultural. A análise da autora ajuda a compreender algumas características e ações de ambos os partidos no governo Jango e Allende. Cf. DALMÁS, Carine. Os comunistas, a cultura e a política das frentes populares: apontamentos sobre as concepções culturais do PCB e do Partido Comunista do Chile. In: NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Comunistas Brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p. 183-205.

⁵⁹ Cf. PATTO. *Jango e o Golpe de 1964 na caricatura*, p. 119.



Outra questão que merece ser considerada é a escalada de greves, que ocorreu nos dois países a medida que a situação foi se tornando mais complexa. Movimentos populares e de esquerda fizeram greves em ambos os governos, muitas vezes buscando apoiá-los, reivindicando medidas que Jango e Allende desejavam efetuar. Nos dois casos, grupos de direita também organizaram protestos e passeatas, mas não há no Brasil acontecimento que se assemelhe ao *paro patronal*, que parou o Chile ao final de 1972. Isso revela não só uma direita extremamente organizada, como também fortemente financiada com dinheiro estadunidense. Só foi possível para o país graças a esses fatores, o que não chegou a ocorrer no Brasil.

Permeiar nas complexidades dos acontecimentos desses dois governos ajuda a compreender o processo ditatorial que se seguiu após os golpes e que tanto prejuízo causou ao Brasil e ao Chile, interrompendo anos de democracia e soterrando as tentativas de reformas profundas em sociedades tão desiguais. Comparar as duas experiências também serve como importante ferramenta para enfrentarmos os desafios singulares que existem nos dois países e que são consequências das crises e dos golpes que se abateram sobre os dois governos populares. Em vários aspectos, Brasil e Chile seguiram por caminhos distintos após os golpes e isso se relaciona com os acontecimentos desencadeados nos governos de Jango e de Allende. Perceber essas diferenças nos auxilia a resolver de maneira mais precisa os problemas específicos de cada país, ao mesmo tempo em que fortalece a região.